

16 MAR 1998

Educação

LH/100

JORNAL DE BRASÍLIA

A lição do ensino

Um dos últimos bastiões da resistência ética da sociedade brasileira está cedendo à voragem econômica. A educação ameaça o esfacelamento das bases sobre as quais se formarão as gerações futuras. E nem mais só devido à qualidade genética do ensino; mas também quanto ao ponto de sustentação em termos de custo.

A liberação do preço das mensalidades, ainda que sob fictícia autovigilância, provocou forte sobrecarga no orçamento dos pais de alunos em tal porte que, de imediato, se atribui aos fáceis abusos de ganância.

Não é fenômeno de surpresa. Qualquer supressão brusca de tabelamentos repercute em retaliações, aliás, como ocorre até no terreno político ao sair-se de um túnel para céu aberto. Acima do preço do serviço é o preço a se pagar pelo império do Estado. No desestimulio ao sistema competitivo, assumindo ele próprio o poder tirano de onerar aquilo que fornece ao consumo comum, o Estado parece tão cedo não desistir do

regime, considerados os novos reforços que a prática irá revelar da nova Constituição.

É diante do quadro complexo que as associações de pais de alunos, reunidas em Brasília, decidiram pedir ao ministro da Educação que revogue o decreto que liberou os reajustes das mensalidades escolares. E sugerem: a) co-gestão, de modo a constatar receita e despesas dos colégios; b) criação de vagas nas escolas públicas, a fim de absorver alunos matriculados nas escolas privadas; e c) criação de nova sistemática de reajustes.

Talvez a terceira fórmula conduziria à satisfação de propósitos das outras. O que propicia trânsito ao senso deliberativo é a via das liberações gradativas, indicadas como passagem metódica de um cabresto estatal ao justo e responsável procedimento privado.

O País afundou-se em excesso na estatização. Direta e indiretamente, o Estado domina até o indivíduo, sem sintomas de abdicar ao menos da in-

gerência. Desde a desleal concorrência na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços, em destaque atinge o ensino, carente de uma política efetiva de complementação e suplementação.

O drama dos pais de alunos é agudo. Produziu-se no paradoxo da liberação de preços e, como o clássico mal a converter-se em bem, serve às partes para avaliar a realidade dos custos e preços. É extensa a linha de análise. Vai dos gastos físicos da casa aos recursos humanos. Da energia, que encarece, aos professores que ligam trabalho e lar como qualquer vítima do belicoso panorama econômico-social.

De uma coisa tem-se de conservar certeza: o País é privilegiado em disponibilidade naturais e intelectuais para corrigir distorções e alcançar a bonança. Que o Ministério da Educação adote a fórmula menos drástica e, como instrumento do Estado, inicia por ela a devolução do ensino menos caro à sociedade, que acorda todo dia com mais ônus a cobrir.